POLÍTICA SOCIAL, CLASSE TRABALHADORA E PANDEMIA

Érica Novaes Porto[1]

RESUMO

O presente artigo almeja refletir sobre a política social e as consequências da sua oferta deficitária no contexto de pandemia. A partir de uma perspectiva crítica, busca, inicialmente, abordar o debate da política social atrelada ao papel do Estado, para se compreender como a proteção social vem sendo tecida. Em seguida, problematiza sobre as consequências da oferta deficitária histórica da política social, que resulta na morte de milhares de brasileiros no contexto pandêmico, majoritariamente da classe trabalhadora, considerando que a tragédia vivida é resultado não somente do Coronavírus, mas da destruição da força de trabalho, da natureza e da humanidade provocada pelo sistema capitalista, como sinaliza Antunes (2020). As discussões desse estudo, ainda que encontrem limitações em virtude do porte deste trabalho e não forneçam respostam para uma realidade complexa, pretendem despertar o leitor a pensar em alternativas para o atual cenário, bem como inspirar a realização de novos estudos.

Palavras-chave: Política Social, Classe trabalhadora; Pandemia.

ABSTRACT

This article aims to reflect on social policy and the consequences of its deficient supply in the context of a pandemic. From a critical perspective, it seeks, bulletin, to approach the debate on social policy linked to the role of the State, in order to understand how social protection has been woven. It then discusses the consequences of the historical deficit supply of social policy, which results in the death of thousands of Brazilians in the pandemic context, mostly from the working class, considering that the tragedy experienced is a result not only of the Coronavirus, but of the destruction of the force of work, nature and humanity caused by the capitalist system, as indicated by Antunes (2020). As a result of this study, even though they find limitations due to the size of this work and do not provide an answer to a complex reality, they intend to awaken the reader to think of alternatives to the current scenario, as well as to inspire new ones studies.

Keywords: Social Policy, Working class; Pandemic.

[1] Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) e mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Endereço eletrônico: ericanovaes2010@yahoo.com.br.

1 INTRODUÇÃO

Uma análise superficial da pandemia mundial do Coronavírus pode causar a impressão de que ela é resultado único e exclusivamente de um vírus de difícil controle e muito resistente. Porém, reflexões que ultrapassam a aparência do fenômeno revelam que os dias avassaladores vividos pelo mundo, e em especial pelo Brasil, é resultado de uma complexa engrenagem que combina a destruição das condições de trabalho e do meio ambiente, a oferta deficitária de políticas públicas e o triunfo dos pressupostos neoliberais.

Passados um ano e alguns meses desde que a pandemia do Coronavírus foi reconhecida mundialmente, a história mostrou, e continua mostrando, que o capitalismo, apoiado pelo Estado burguês, não poupará vidas para alcançar seus lucros, independente do contexto e fase em que se encontra. Nessa sociabilidade o “ser” tem menos valor do que as “coisas” no sistema de metabolismo do capital.

É nesse caminho de análise que o artigo buscou refletir sobre a política social e as consequências da sua oferta deficitária no contexto de pandemia, em especial para a classe trabalhadora, a que mais sente a desproteção social. Para tanto, considerando a complexidade que perpassa a temática, a escolha do método histórico dialético foi imprescindível para ultrapassar a singularidade do fenômeno, possibilitando a interpretação totalizante do objeto de estudo, interrogando-o sobre todos os aspectos e ângulos a partir de uma perspectiva crítica que não aceita a realidade como ela é dada, no nível da aparência, mas que considera seu caráter dinâmico, contraditório e heterogêneo.

Assim, o método utilizado possibilitou a interpretação da realidade que leva em conta que são as relações materiais e históricas estabelecidas pelos sujeitos que constroem a realidade vivida pelas classes sociais antagônicas, relações estas que não são estáticas, lineares e homogêneas.

Nessa perspectiva, utilizou-se a revisão bibliográfica a partir de autores e estudos recentes sobre a temática, por acreditar que a pesquisa bibliográfica é um "procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas" (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

As discussões desse estudo, ainda que encontrem limitações em virtude do porte deste trabalho e não forneçam respostam para uma realidade complexa, pretendem despertar o leitor a pensar em alternativas para o atual cenário, bem como inspirar a realização de novos estudos.

2 BREVES REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA SOCIAL

"Fome: o Brasil parecia ter superado esse drama, mas a longa crise e a pandemia produziram milhões de novos famintos". Essa é a chamada de capa da revista *Carta Capital*, de 21 de outubro de 2020, que retrata a realidade vivida pelo Brasil, realidade esta que, longe de ser resultado única e exclusiva da pandemia mundial, vem sendo tecida na sociabilidade capitalista há anos.

A protagonista da reportagem, Sheila Lemos, com apenas 25 anos, viveu a precariedade de políticas sociais que possibilitassem uma infância e adolescência digna e a história se repete, agora, com seus filhos. Embora utiliza-se a história de vida de uma mãe solo com seus quatro filhos, em um cruzamento da zona sul, que pedi doações para saciar a fome, o cenário abordado é a realidade de milhares de brasileiros desprotegidos socialmente.

Mas, como e a quem caberia ofertar essa proteção? Para se refletir sobre esse questionamento é necessário recorrer as discussões sobre o papel do Estado e a Política Social. Os limites postos por uma produção dessa natureza impedem trazer para o debate os vários atores que abordam esses temas. Contudo, acredita-se que, ao

eleger a discussão engendrada por Behring e Boschetti (2016), é possível subsidiar a análise em torno dessas categorias.

A partir de uma perspectiva crítica dialética, as autoras apontam que as políticas sociais estão intrinsecamente relacionada ao surgimento da sociedade burguesa e se configuram como resposta do Estado diante da questão social, entendida como o desdobramento das relações de exploração inerente a sociabilidade capitalista e o seu enfrentamento pela classe trabalhadora. Em outras palavras, a questão social é compreendida como,

> Conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. […] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver os sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõe. (IAMAMOTO, 2013, p. 27-28).

Nessa mesma linha de análise, Netto (2001) aponta que, com o desenvolvimento do processo das forças produtivas, a pauperização da classe trabalhadora se generalizava, ao passo que a produção era cada vez mais abundante. Assim, a desigualdade social não decorria de uma escassez de produção, mas da apropriação da riqueza socialmente produzida pela classe dominante. Portanto, a questão social é constitutiva da sociabilidade capitalista.

Nesse cenário, as políticas sociais se configuram como respostas diante das sequelas do mecanismo de produção capitalista, materializadas por meio de um conjunto articulado de padrões de proteção social com fim, meios e resultados, que encontram como locus privilegiado o Estado. Contudo, longe de serem reduzidas à vontade política dos sujeitos e possibilitadora da regulação de conflitos,

> Trata-se de analisar as políticas sociais como processo e resultado de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre Estado e sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo, nos seus grandes ciclos de expansão e estagnação, ou seja, problematiza-se o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no contexto da acumulação capitalista e da luta de classes, com a perspectiva de demonstrar seus limites e possibilidades (BEHRING, 2009, p. 4).

A tentativa de se realizar explicação racional sobre o papel do Estado em possibilitar o bem-estar social se alicerça em fundamentos diferenciados e opostos. Para uma perspectiva liberal, a função do Estado é intervir minimamente, devendo subsidiar apenas benefícios residuais e paliativos para os paupérrimos, pois a miséria é resultado da moral humana e não do mecanismo capitalista de produção. Ou seja, nessa perspectiva, não há o reconhecimento da relação contraditória entre acumulação de riqueza e desigualdade social e o que prevalece é uma espécie de darwinismo social, a partir da compreensão de que a inserção social dos indivíduos ocorre através de uma seleção natural (BEHRING; BOSCHETTI, 2016).

O bem-estar no Estado liberal é alcançado no mercado, em uma relação de compra e venda que não tem fim: vende-se a força de trabalho para comprar o bem-estar. Didaticamente, Behring e Boschetti (2016, p. 62) sintetizam os principais elementos que dão o tom do Estado na perspectiva liberal que merecem ser mencionados: “o predomínio do individualismo”; “o bem-estar individual maximiza o bem-estar coletivo”; “liberdade e competitividade”; “naturalização da miséria”; “predomínio da lei da necessidade”; “manutenção de um Estado mínimo”; a compreensão de que “as políticas sociais estimulam o ócio e o desperdício”; “a política social deve ser um paliativo”.

Endossando esta análise, Mendel (1982) afirma que o Estado liberal tem funções repressivas e integradoras, por meio: a) da criação de condições gerais que não são possíveis de serem desempenhadas pela classe dominante; b) do controle da sociedade através da coerção, reprimindo forças que possam questionar a lógica capitalista; e c) através da perpetuação da ideologia capitalista, para que a classe trabalhadora aceite e se conforme com suas condições de vida, como se não fosse resultado da ganância humana.

Assim, o Estado é máximo para o mercado, legitimando-o e instrumentalizando-o para a extração de mais lucros, ao passo que destrói ou impede toda e qualquer ação coletiva que indique inconformismo com a situação da classe trabalhadora, ainda que para isso a soberania e a democracia sejam abolidas. Nesse viés, as políticas sociais, que deveriam proteger os cidadãos, principalmente diante de contexto como o que se vive atualmente, nada mais são do que paliativos. Alicerçadas em princípios focalizados, fragmentados e descontinuados, as políticas sociais não conseguem, sequer, garantir o direito a alimentação de parcela da população. Nas palavras de Pereira (2020, p. 93), uma “barbárie programada, que desumaniza e mata”.

Em outra perspectiva, o Estado de bem-estar social assumiria a sua responsabilidade diante das necessidades dos cidadãos. Claro que a discussão em torno desse modelo de proteção é permeado por estratificações explicativas acerca das características das ofertas de políticas públicas. Contudo, pressupõe a desmercantilização de políticas, que ocorre quando os serviços ofertados pelo Estado são vistos como direitos e não benesses. Por isso, Esping-Andersen (1991, p. 111) defende que a definição de Welfare State perpassa “a qualidade dos direitos sociais, com a estratificação social e com o relacionamento entre Estado, mercado e família”. Mas, guardadas suas especificidades em cada experiência identificada, vale ressaltar que o Welfare State somente é possível ser pensado na sociabilidade capitalista, pois é esta que produz e reproduções relações alicerçada na exploração, na apropriação da riqueza e na desigualdade social.

Para nossa reflexão interessa destacar que as políticas sociais não se processam com certa linearidade. Pelo contrário, são marcadas por momentos de ruptura, inflexão e (des)continuidades, vez que as experiências de proteção social são influenciadas por determinantes históricos, sociais, culturais e econômicos. De acordo com Behring e Boschetti (2016) o período entre meados do século XIX, até os primeiros trinta anos do século XX, o liberalismo triunfou sob os princípios que sumariamente foram expostos aqui, a partir da defesa de que o mercado livre possibilitaria o alcance do bem-estar, portanto, a mão invisível do mercado regularia as relações sociais e econômicas e, desse modo, intervenções estatais poderiam atrapalhar essa regulação tida como natural.

Mas esses argumentos liberais não foram fortes o suficiente para ultrapassar as primeiras décadas do século XX. O crescimento e organização do movimento operário possibilitaram que os trabalhadores ocupassem espaços políticos importantes e exigissem a garantia de direitos e ganhos de produtividade, bem como requisitassem acordos coletivos. Por outro lado, escancarou-se a impossibilidade do indivíduo empreendedor de sobreviver e competir no mercado, em virtude da concentração e monopolização do capital cada vez maior. Atrelado a isso, a crise de 1929, conhecida

como a grande depressão[2] evidenciou os limites do mercado em se autorregular, o que provocou uma crise de legitimidade do capital.

Foi nesse cenário caótico que Keynes, com suas formulações intelectuais, *Teoria Geral* (1936), passou a questionar os pressupostos liberais. Para ele, o Estado teria o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, a partir de um conjunto de medidas econômicas e políticas. Nesse cenário, o Keynesianismo alia-se ao fordismo e as políticas sociais, os acordos coletivos, a expansão dos direitos revelam a possibilidade de experiências de Welfare State, mas só por um período.

Alguns principais elementos para a derrocada das experiências de Welfare State, especialmente nos países europeu, são citadas por Behring e Boschetti (2016, p. 103):

> As dívidas públicas e privadas cresceram perigosamente… A explosão da juventude em 1968, em todo o mundo, e a primeira grande recessão – catalisada pela alta dos preços do petróleo em 1973/1974 – foram os sinais contundentes de que o sonho do pleno emprego e da cidadania relacionada à proteção social havia terminado no capitalismo central e estava comprometido na periferia do capital, onde nunca se realizou efetivamente. As elites político-econômicas, então, começaram a questionar e responsabilizar pela crise a atuação agigantada do Estado mediador civilizdor, especialmente naqueles setores que não revertiam diretamente em favor de seus interesses. E aí se incluíam as políticas sociais.

É nesse contexto que o liberalismo se reinventa e o neoliberalismo passa a ditar as regras das relações econômicas e sociais para a saída da crise, que, resumidamente, propunha a redução do papel do Estado na garantia do bem-estar, consequentemente, assiste-se ao desmonte de direitos e pouco investimento em políticas públicas, à elevação da taxa de mais-valia e lucros e reformas fiscais que beneficiam os mais ricos.

Como era de se esperar, as fórmulas milagrosas proposta pelo neoliberalismo não possibilitou cenário animador, pois, socialmente, a desigualdade social, pobreza e desemprego aumentam perigosamente. Politicamente, a democracia entra em crise, por

2 Uma crise que se iniciou no sistema financeiro americano, a partir do dia 24 de outubro de 1929, quando a história registra o primeiro dia de pânico na Bolsa de Nova Iorque. A crise se alastrou pelo mundo, reduzindo o comércio mundial a um terço do que era antes (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, p. 68).

meio do esvaziamento de instituições democráticas, e, culturalmente, o individualismo e o consumismo se aprofundam.

Ainda que não sejam abordadas aqui as especificidades do Brasil em relação as políticas sociais e o papel do Estado, vez que a formação sócio-histórica e econômica do país difere substancialmente dos países de capitalismo central, de modo geral,

> A tendência geral tem sido a de restrição e redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal do Estado, transformando as políticas sociais – a depender da correlação de forças entre as classes sociais e segmentos de classes e do grau de consolidação da democracia e da política social nos países – em ações pontuais e compensatórias direcionados para os efeitos mais perversos da crise. As possibilidades preventivas e até eventualmente redistributivas tornam-se mais limitadas, prevalecendo o já referido trinômio articulado do ideário neoliberal para as políticas sociais, qual seja: *a privatização, a focalização e a descentralização* (BEHRING E BOSCHETTI, 2016, P. 156).

Retomando a reportagem citada que introduz essas páginas, o que se nota é que o Brasil, considerando suas etapas de avanços e retração de políticas sociais, não conseguiu possibilitar aos cidadãos um modelo de proteção que pudesse atenuar as consequências da exploração capitalista, sequer alterar as suas bases fundantes, e o resultado são milhares de pessoas despossuídas de direitos sociais, dentre eles o trabalho, que ficam à mercê da caridade.

O Brasil, assim como outros países da periferia capitalista, se ergue a partir de relações de proteção fragilizadas, em crise, e encontra, na atualidade, um cenário pandêmico que potencializa, exponencialmente, a desigualdade social. Na pandemia a proteção social (em especial a trabalhista e a seguridade social) vai se ruindo para atender as requisições do capital, a partir do entendimento de que o investimento em bem-estar social corresponde a gastos públicos sem retornos financeiros. Essa falácia convence milhares de pessoas e o resultado, em meio as campanhas antivacinas e protestos ilegais antidemocráticos que vociferam a volta da ditadura militar, é o retorno ao trabalho a qualquer custo, a recusa da ciência, milhões de vidas ceifadas, o aumento da pobreza e da fome, o colapso na saúde, o desemprego em massa.

É nesta realidade social que muitas Sheilas, mulheres negras, pobres e mães solo, como aponta a matéria da revista *Carta Capital*, encontram, ou não, nos cruzamentos dos grandes centros a única alternativa para saciar a fome de seus filhos. Mais uma vez a história mostra que sempre será a classe que vive do trabalho, sobremaneira, que pagará a conta das relações de exploração inerentes à sociabilidade capitalista, enquanto esta perdurar, como veremos a seguir.

3 A PANDEMIA DO CAPITAL[3] E A CLASSE TRABALHADORA

A pandemia do coronavírus, reconhecida em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), é um exemplo real do que acontece quando a economia é privilegiada em detrimento da saúde, do meio ambiente e da ciência. E o preço a se pagar? Milhares de vidas interrompidas. O contexto pandêmico revelou que, embora o vírus aparenta ser democrático, com poder para acometer qualquer corpo, ele não é. As consequências da crise sanitária, econômica e política que se instalou têm recaído sobre a classe trabalhadora.

Não só a pandemia que cruzou fronteiras, mas suas consequências também. Ela devastou vidas, arrancou empregos, entrou onde não se podia entrar, deixou seus rastros e mostrou seu potencial letal. Se em dado momento ela aparentou ser democrática, não escolhendo corpos, os números de negros e negras, pobres, trabalhadores e desempregados mortos desmascaram essa falácia.

Mas é a pandemia a responsável pelas mazelas vivenciadas hoje? Antunes (2020) defende que não. Demonstra em seu estudo que desde a crise de 1968-1973 e, especificamente, 2008-2009 deflagrou-se a chamada crise estrutural do capital, fazendo com que os países *Welfare States* ficassem no passado, como discutido no tópico anterior. Como consequência, o sistema capitalista não tem

3 Termo utilizado por Antunes (2020) para se referir sobre o cenário atual, que é resultado da simultaneidade entre sistema de metabolismo antissocial do capital, crise estrutural e a explosão do coronavírus.

poupado limites para sua expansão, custe o que custar, resultando na destruição da humanidade, denominando-o de capital pandêmico.

Para o autor Antunes (2020, p.17) o sistema capitalista leva a destruição da força de trabalho, da natureza e da humanidade. Por isso, afirma que o cenário trágico atual é resultado da junção do “sistema de metabolismo antissocial do capital”, que refere-se as complexas engrenagens que o move, a “crise estrutural”, que antecede à pandemia, e a “explosão do coronavírus”.

A tragédia já era anunciada, visto que países com desigualdade social latente, que não investem em políticas sociais e bem-estar da sua população não conseguem salvar vidas. E nesse sentido, não era surpresa que o Brasil, país com um dos maiores índices de desigualdade social, ocupasse as primeiras posições no *rancking* de contaminação e mortes, pois o desmonte das políticas sociais, sob o discurso de reformas necessárias, acontecem há anos e ganhou mais impulso nos últimos governos, pós golpe de 2016.

Dados disponibilizados pelo governo federal mostra que no Brasil já são mais de 19.473.954 pessoas contaminadas e 545.604 mortes desde o início da pandemia até julho de 2021[4] (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021). A classe trabalhadora, ou nas palavras de Antunes (2020) a classe que vive do trabalho, é a mais atingida pelo vírus, pois é esta a impossibilitada de cumprir o isolamento, a que aglomera em pequenas casas localizadas em comunidades com infraestrutura precária e sem saneamento básico, os desempregados, os trabalhadores informais, os cidadãos que encontram dificuldades em acessar as políticas de saúde, educação, assistência social, moradia, alimentação, dentre outras. Ou seja, desprotegida socialmente, quando não morre pela doença, esbarra na debilidade da assistência médica e nas inefetivas políticas de enfrentamento da crise sanitária, não encontrando ao seu alcance condições dignas de sobrevivência.

Notadamente, o enfrentamento do contexto pandêmico exige a oferta de políticas sociais universais e que vai ao encontro das reais necessidades dos cidadãos.

4 **Dados disponibilizados diariamente pelo Ministério da Saúde por meio do *site* eletrônico Painel Coronavírus. Disponível em:** https://covid.saude.gov.br/**>. Acesso em 22 de julho de 2021.**

No caso brasileiro, a história tem mostrado que uma parcela significativa da população, que tem cor, gênero e classe, sofrem com a desproteção estatal.

Estudo publicado pelo IBGE (2020) sobre as condições de vida da população brasileira[5] nos alerta para este cenário. A título de exemplo, cita-se alguns dados. O estudo revelou que a taxa de desocupação entre a população preta e parda é sempre superior se comparada com a taxa de desocupação entre brancos, mesmo quando é constatada o mesmo nível de escolaridade. Ademais, apontou que, em 2019, 11,8% da população brasileira vivia com até ¼ do salário-mínimo e quase 30% vivia com ½ salário-mínimo.

Isso significa, como evidencia Lara (2020, p. 63), que “as desigualdades de salários, habitação e todas as demais condições básicas de reprodução social fazem do Brasil um dos países com as piores condições de vida para a maioria da população”. São estas pessoas que recorrem aos serviços públicos para o atendimento de suas necessidades, mas se deparam com a oferta de políticas precárias, desarticuladas e insuficientes para atender a população, até mesmo em contexto de não pandemia.

Mas, se por lado espera-se a atuação do Estado diante do contexto pandêmico, por outro, este é regido pela lógica neoliberal, não somente restringindo seu papel de garantidor de políticas sociais, mas defendendo cegamente o interesse do capital, como já sinalizado nas páginas inciais deste artigo. Lara (2020, p. 63) chama a atenção para o fato da pandemia encontrar um Brasil “campeão de desigualdades sociais” e em processo de destruição de políticas sociais, por meio das contrarreformas econômicas, trabalhistas e da previdência social.

> A sociedade brasileira precisa compreender que o projeto de nação para o Brasil antes da Covid-19 já era uma tragédia para as classes subalternas. A seguridade social foi criminosamente atacada, a proteção social ao trabalhador foi reduzida ao mínimo pelas contrarreformas descritas acima, o mercado de trabalho estava

5 Para análise de mais indicadores acessar https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf.

> mergulhado na precarização (o denominado trabalho precário é uma característica constitutiva de nossa formação social).

Outra situação que evidencia a inércia do Estado diante da situação pandêmica foi o colapso na saúde de vários municípios em virtude da falta de leitos, respiradores e insumos. Em Manaus, em 2021, foram registradas várias mortes em decorrência da falta de oxigênio, ainda que o Governo Federal, conforme manifestação da Advocacia Geral da União, havia sido cientificado da situação.

É inegável que a pandemia acelerou a explosão da crise, mas não a criou. O mundo inteiro e em especial os brasileiros sentiram na pele o que Martins (1990), há mais de duas décadas, aponta: o mercado não produz relações igualitárias. O mercado é o mundo das mercadorias (coisas) e não dos homens (ser), ou seja, a vida da classe que vive do trabalho sempre estará em desvantagem em relação aos lucros do capital, pois “o trabalho perde seu sentido como processo de humanização, sendo incorporado como atividade natural de produção para a troca, independentemente de seu contexto histórico” (BEHRING; BOSCHETTI, 2016, p. 50).

Netto (2012), estudioso afinco da teoria marxista, mostra sempre em suas falas, sejam em eventos, sejam em seus preciosos escritos que as crises são inerentes ao modo de produção capitalista. Cita-se uma delas:

> Na verdade, desde os anos 1990, em todos os continentes registraram-se crises financeiras, expressões localizadas da dinâmica necessariamente contraditória do sistema capitalista. E crises, não só as financeiras, fazem, também necessariamente, parte da dinâmica capitalista - não existe capitalismo sem crise. São próprias deste sistema as *crises cíclicas* que, desde a segunda década do século XIX, ele vem experimentando regularmente. E que, seja dito de passagem, não conduzem o capitalismo a seu fim: sem a intervenção de massas de milhões de homens e mulheres organizados e dirigida para a sua destruição, do capitalismo, mesmo em crise, deixado a si mesmo só resulta...mais capitalismo (NETTO, 2012, p. 415).

A atuação do Estado diante desse cenário revela qual a ideologia lhe legitima, a quem ele serve e qual o preço a ser pago pela sua subserviência. Não é uma postura inocente, calcada no desconhecimento ou surpreendida por

contextos inéditos. Pelo contrário, o posicionamento estatal é consciente, é claro quanto seus objetivos, calcado em um projeto de sociedade.

Por isso que Pereira (2020) qualifica como perversa a reversão dos fundamentos éticos da política social no Estado liberal. Para a autora, enquanto a política social deveria ser alicerçada em um ethos solidário, voltada para o atendimento das necessidades sociais que surgem devido a relação capital e trabalho contraditória, ela é regida por uma moral individualista e egocêntrica. Nesse modelo, a política social está ancorada no pensamento liberal burguês que propaga que o homem é proprietário de si e de suas capacidades para enfrentar as mazelas da sociedade. Ou seja, ao pregar que o homem é livre, desvirtua o significado real de liberdade como elemento emancipador. Como falar em liberdade em uma sociedade em que a vida da classe trabalhadora não importa?

Algumas falas proferidas pelo representante do executivo federal escancara a moral individualista e egocêntrica que rege a política social no Brasil: "Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, p*. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Todos nós iremos morrer um dia"[6]. Além de minimizar as consequências do vírus, o presidente Jair Bolsonaro reafirma rotineiramente seu posicionamento quanto ao retorno das atividades para a preservação de empregos.

Discursos como “salvar a economia ou salvar a vida”, uma referência que defende o trabalho, nos moldes capitalista, a qualquer custo, passou a fazer parte dos debates e ganhar adeptos, seja da burguesia, seja da classe trabalhadora. Contudo, pouco se questiona do Estado a apropriação do seu papel garantidor da segurança e bem-estar, como anuncia o preâmbulo da Constituição Federal de 1988.

6 Discurso proferido pelo presidente Jair Bolsonaro, em 29 de março de 2020, enquanto realizava um passeio pelo Distrito Federal.

Mas, se a ordem econômica vigente é responsável por produzir uma crise sanitária e epidemiológica capaz de ceifar milhares de vidas, dentre os sobreviventes, quem pagará essa conta? Cardoso (2020, p. 619) afirma que o preço da crise, especificamente no contexto de pandemia, recairá para a classe trabalhadora, pois notadamente o acirramento da pobreza é uma realidade e a insegurança no emprego cresce ainda mais, sob a concordância do Estado, prevalecendo os interesses da burguesia. Ou seja, “Na hora H, quando a crise aperta, o empresariado demite os trabalhadores, sem mais delongas […] os empresários odeiam regulamentação do mercado de trabalho porque, quando surge a crise, aquela significa um obstáculo no ajuste de custos”. Ou seja, mesmo diante de uma pandemia com dimensão planetária, o capitalismo não perderá nem os anéis nem os dedos, como faz alusão Behring e Boschetti (2016).

O autor mencionado acrescenta que no caso brasileiro, não há uma “cultura de preservação de empregos”, situação que ficou escancarada com a aprovação da Lei 14.020/20, que permitiu a redução de salários e jornadas de trabalho, bem como a suspensão de contratos durante a pandemia. E conclui que, após a situação pandêmica, a pobreza será mais latente e o padrão de emprego e renda mais deteriorado.

As reflexões sumariamente apontadas sinalizam os desafios postos. A realidade social foi atravessada pela pandemia e trouxe o acirramento da pobreza, da exploração, da desproteção social e trabalhista, da desigualdade social, imprimindo velhas e novas manifestações da questão social que devem ser enfrentadas. O cenário não é animador e evidencia que somente a partir das lutas sociais e da conscientização política que a classe trabalhadora poderá abrir os caminhos para uma nova sociabilidade, que não se baseia em relações de exploração. Como afirma Antunes (2020)(2020, p. 31), “a questão crucial imediata desta era de trevas é a luta pela preservação da vida”. Para isso, é imprescindível, no presente, que se encontrem as condições para superar a crise

sanitária, o que perpassa na criação de “outro sistema de metabolismo verdadeiramente humano-social”.

4 CONCLUSÃO

A breve discussão sobre política social nesse artigo mostra que, da prevalência dos argumentos liberais, em determinado contexto histórico, o seu enfraquecimento diante da Crise de 1929 - aliado ao crescimento do movimento operário e a concentração e monopolização do capital cada vez maior – perpassando pela defesa das políticas Keynesiana que prometiam o pleno emprego e a cidadania por meio da garantia de direitos relacionados à proteção social, até a avalanche neoliberal que passou a triunfar a partir do final dos anos 1970, observa-se que a tendência das políticas sociais, na atualidade, tem sido a retração dos direitos e a desarticulação de programas e ações que atendam as necessidades reais da população.

Materializada nas contrarreformas que resultam na precarização e desfinanciamento, a oferta de políticas sociais é transferida para o mercado, a partir de relação mercantilista. Consequentemente, o Estado liberal atua de forma reduzida, paliativamente, resultando em um sistema de proteção estatal fragilizado, desarticulado e insuficiente para atender a população, até mesmo em contexto de não pandemia.

O contexto pandêmico mostrou, também, que há uma pequena parcela que dispõe de alternativas e condições de superar a doença, de se proteger e seguir as recomendações sanitárias. Enquanto isso, a grande maioria, a classe que vive do trabalho, se expõe ao vírus, na tentativa de manter os empregos, quando os têm. Lançados à própria sorte e seduzidos pelo argumento de que a eles cabem decidir entre morrer de fome ou pelo vírus, os trabalhadores vão perdendo suas vidas na luta pela sobrevivência. Em outras palavras, o potencial

letal não é característica apenas do coronavírus, mas, também, da sociabilidade capitalista, que produz e reproduz relações desiguais.

Os números de contágios e mortes pela pandemia demonstram como o país caminha para o abismo, caminhada esta que não é decorrência, única e exclusivamente, do vírus, mas da regressão do Estado na garantia dos direitos fundamentais. A consequência disso é o agravamento da questão social, expressada pela intensificação da pobreza, desemprego, violência, analfabetismo, discriminação, opressão, ataque à natureza e à ciência, dentre outros.

O cenário é desalentador, mas as discussões desse estudo, ainda que encontrem limitações em virtude do porte deste trabalho e não forneçam respostam para uma realidade complexa, pretendem despertar o leitor a pensar alternativas para o atual cenário. Não há sociedades imutáveis. Se foram criadas relações sociais ancoradas em princípios egocêntricos, nova sociabilidade que considera o humano genérico pode ser construída, a partir da ação coletiva dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 de julho de 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: CFESS/ABEPSS (ORG.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política social: fundamentos e história. São

Paulo: Cortez, 2016.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. A crise que não se parece com nenhuma outra: reflexões sobre a “corona-crise”. Revista Katálysis. Florianópolis, v.23, n.3, set./dez. 2020. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414 49802020000300615&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt Acesso em 10 de janeiro de 2021.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do Welfare State. Lua Nova,
n. 24, p. 85-116, set. 1991. Disponível em https://www.scielo.br/j/ln/a/99DPRg4vVqLrQ4XbpBRHc5H/?lang=pt.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Rio de Janeiro: 2020. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101629.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2020.

LARA, Ricardo. Pandemia e capital: as repercussões da Covid-19 na reprodução social. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 20, n.1, jan./jun. 2020. Disponível em https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/30657/20731. Acesso em 11 de junho de 2020.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. P. 37-45 2007.

MANDEL, Ernest. O Estado na fase do capitalismo tardio. In: O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARTINS, José de Souza. Mercado e democracia: a relação Perversa, 1990. Revista Tempo Social, São Paulo, n. 2, 1990.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequências societárias. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.111, set. De 2012. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000300002&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 de junho de 2021.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a propósito da “Questão Social”. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafline, 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. Reestruturação perversa dos fundamentos éticos da política social: do ethos solidário à moral egoística. In: PEREIRA, Potyara A. P (org). Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez, 2020. p.87-118.